

TRABALHO, EDUCAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DO CAPITAL NO SÉCULO XXI: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO E SEUS VÍNCULOS COM AS PROPOSTAS EDUCACIONAIS QUE REFORÇAM A MANUTENÇÃO DA ORDEM

Luiz Alves da Silva Filho¹

Marco Antônio de Oliveira Gomes²

Resumo: O presente artigo expõe uma breve análise sobre os impactos da reestruturação produtiva do capital que verifica-se seus desdobramentos no início do século XXI. Viemos apresentar e elucidar por meio do materialismo histórico e dialético de Marx e Engels, o quanto a educação escolar no Brasil, ao defender a formação para a inserção no mercado de trabalho não pode cumprir aquilo que promete. Sua contradição se baseia nos fundamentos da economia burguesa que necessita de um exército de reserva disponível. Para tanto, faz-se necessário reproduzir entre os trabalhadores o discurso burguês. As mudanças operadas na base produtiva que constituem o toyotismo, seus desdobramentos para os trabalhadores e a impossibilidade de inserção de todos por meio da educação são analisados por meio de autores como Antunes (2002), Hobsbawm (2001), Marx e Engels (2007), Mészáros (2011), entre outros.

Palavras-chave: trabalho; educação; reestruturação produtiva do capital.

Abstract: This article presents a brief analysis about the impacts of productive restructuring of capital over the past 30 years. Presenting and elucidate through the historical and dialectical materialism of Marx and Engels, how school education in Brazil, in defending formation for insertion in the market can not fulfill what it promises. This contradiction is based on the foundations of the bourgeois economy that needs a reserve army available. Therefore, it is necessary to reproduce among the workers the bourgeois discourse. The changes in the productive base that constitute toyotism, unfolding for the workers and the impossibility of insertion of all through education are analyzed through authors such as Antunes (2002), Hobsbawm (2001), Marx and Engels (2007), Mészáros (2011), among others.

Keywords: work; education; restructuring of capital.

¹ Graduando do último ano do Curso de Pedagogia pela Universidade Estadual de Maringá no ano de 2017.

² Professor Doutor adjunto da Universidade Estadual de Maringá, lotado no Departamento de Fundamentos da Educação.

1 Introdução

O atual momento é oportuno para discorrer e analisar os impactos da reestruturação produtiva do capital e seus vínculos com propostas para educação escolar. Nos últimos 30 anos, o Brasil presenciou uma série de reformulações políticas de impactos vigorosos. A começar pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que se materializara em conquistas históricas em relação ao período anterior marcado pela ditadura civil militar de 1964-85.

Diante dessas circunstâncias, o presente trabalho pretende investigar os limites e possibilidades da promessa da escola em inserir o jovem trabalhador no mercado de trabalho. Para isso, como questão metodológica torna-se importante verificar as transformações ocorridas nas relações de trabalho e seus vínculos com a educação escolar. Tomamos como parâmetro de nossas análises os trabalhos de Antunes (2002), Hobsbawm (2001), Marx e Engels (2007), Mézáros (2011), entre outros.

Na perspectiva assumida por Marx e Engels, e da qual compartilhamos, qualquer fenômeno não pode ser desvinculado das relações materiais de produção. Assim, a educação não se explica por ela mesma:

Os pressupostos de que partimos não são pressupostos arbitrários, dogmas, mas pressupostos reais, de que só se pode abstrair na imaginação. São indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de vida, tanto aquelas por ele já encontradas como as produzidas por sua própria ação. Esses pressupostos são, portanto, constatáveis por via puramente empírica. O primeiro pressuposto de toda a história humana é, naturalmente, a existência de indivíduos humanos vivos. O primeiro fato a constatar é, pois, a organização corporal desses indivíduos e, por meio dela, sua relação dada com o restante da natureza. Naturalmente não podemos abordar, aqui, nem a constituição física dos homens nem as condições naturais, geológicas, orohidrográficas, climáticas e outras condições já encontradas pelos homens. Toda historiografia deve partir desses fundamentos naturais e de sua modificação pela ação dos homens no decorrer da história. Pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou pelo que se queira. Mas eles mesmos começam a se distinguir dos animais tão logo começam a produzir seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 86-87)

Diante do exposto pretendemos demonstrar as diferenças entre o proclamado, que aponta para a inserção do jovem no mercado, e o real, que

demonstra a impossibilidade de todos terem acesso ao trabalho com carteira assinada. Em outras palavras, é preciso distinguir entre aquilo que é ficção e o que é empiricamente comprovável. Em síntese, para compreensão do fenômeno é necessária a análise do contexto histórico das relações sociais em que está inserido.

Dessa forma, será investigada por meio de uma pesquisa bibliográfica e de dados disponíveis na imprensa e de instituições, a lógica que vigorou nos modelos de organização produtiva fordista-taylorista e toyotista, buscando compreender o processo histórico de consolidação dos mesmos, pois, “não pode haver nenhuma compreensão verdadeira do movimento histórico em si sem que se apreenda o mesmo tempo as correspondentes determinações materiais estruturais em suas especificidades.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 13).

2 O desemprego não é acidente: a reestruturação produtiva do capital

Para compreendermos a reestruturação produtiva do capital devemos retomar o contexto social e político da ordem burguesa na metade do século XX. O período pós 2ª guerra mundial, fora marcado por diversos acordos internacionais, dentre eles o tratado de Bretton Woods³ que se denotava fundamental para o resgate da confiança no cenário econômico. Época conhecida como “anos dourados” do capitalismo, a década de 1960 e início dos anos 1970 foi marcada por crescimento econômicos significativos por toda parte do mundo como afirma HOBBSAWM, 2001:

O mundo industrial, claro, se expandia por toda a parte: nas regiões capitalistas e socialistas e no “Terceiro Mundo”. No velho Ocidente, houve impressionantes exemplos de revolução industrial, como a Espanha e a Finlândia. No mundo do “socialismo existente”, países predominantes agrários como a Bulgária e a Romênia ganharam expressivos setores industriais. (...) A economia mundial, portanto, crescia a uma taxa explosiva. Na década de 1960, era claro que jamais houvera algo assim. A produção mundial de manufaturas quadruplicou entre o início de 1950 e o início da década de 1970, e, o que é mais ainda impressionante, o comércio mundial de produtos manufaturados aumentou dez vezes. (HOBBSAWM, 2001, p. 256-257)

³“Acordos de Bretton Woods” é o nome com que ficou conhecida uma série de disposições acertadas por cerca de 45 países aliados em julho de 1944, na mesma cidade norte-americana que deu nome ao acordo, no estado de New Hampshire, no hotel Mount Washington. O objetivo de tal concerto de nações era definir os parâmetros que iriam reger a economia mundial após a Segunda Guerra Mundial. Fonte: Infoescola. Disponível em: <<<https://www.infoescola.com/historia/acordo-de-bretton-woods/>>>. Acesso em 08/11/2017.

Com o advento do “*Welfare State*”⁴, restrito em termos mundiais, e a permanência do padrão de produção alicerçado no taylorismo-fordismo⁵, verifica-se um rápido crescimento econômico sem que isso signifique o rompimento das relações de dominação existentes entre as nações capitalistas centrais e as nações periféricas.

No âmbito da produção, o taylorismo-fordismo organizava-se com o propósito da especialização das atividades de trabalho, buscando simplificar ao máximo as ações do trabalhador, tornando-se um “apêndice” da máquina. Se no período anterior ao processo de industrialização, as ferramentas eram complementos do trabalhador, que ainda exercia um certo controle sobre as etapas de produção, com o advento das máquinas. Assim, as formas e os ritmos de trabalho são determinados pela máquina e não mais pelo trabalhador. Muito pelo contrário, pois são estas que exercem controle sobre os trabalhadores.

Na manufatura e no artesanato, o trabalhador se serve da ferramenta; na fábrica, serve à máquina. Naqueles, procede dele o movimento do instrumental de trabalho; nesta, ele tem de acompanhar o movimento do instrumental. Na manufatura, os trabalhadores são membros de um mecanismo vivo. Na fábrica, eles se tornam complementos vivos de um mecanismo morto que existe independente deles. (MARX, 2008: 482)

Por meio de atividades repetitivas exercidas pelos operários, retirava-se sua capacidade de criação e sem a compreensão da totalidade do processo, tornando-o submisso diante das orientações de uma gerência de produção. Sua subjetividade, seus conhecimentos adquiridos no meio escolar e suas experiências eram praticamente descartáveis. Em síntese, o trabalhador era pago para “não pensar”, mas apenas produzir conforme as demandas da indústria. Dessa forma, a atividade laboral do trabalhador expressa seu processo de embrutecimento: é controlado pela

⁴ O Estado do Bem-estar também é conhecido por sua denominação em inglês, *Welfare State*. Os termos servem basicamente para designar o Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e segurança... Fonte: Educação UOL. Disponível em: <<<https://educacao.uol.com.br/disciplinas/sociologia/estado-do-bem-estar-social-historia-e-criese-do-welfare-state.htm>>>. Acesso em 25/10/2017.

⁵ Tanto o taylorismo quanto o fordismo tinham como objetivos a ampliação da produção em um menor espaço de tempo e dos lucros dos detentores dos meios de produção através da exploração da força de trabalho dos operários. O sucesso desses dois modelos fez com que várias empresas adotassem as técnicas desenvolvidas por Taylor e Ford, sendo utilizadas até os dias atuais por algumas indústrias.

maquinaria e não controla mais o que fazer e o como fazer em um cenário que precisa vender sua força de trabalho em troca de salário para se manter.

Este período é marcado pela crescente participação dos Estados Unidos no cenário internacional, impondo seus interesses e intervindo em diferentes regiões do planeta com o objetivo de preservar a ordem capitalista.

Consumou-se, nesse período de cerca de trinta anos, a *mundialização do capital*, entendida agora estritamente como “o quadro político e institucional que permitiu a emergência, sob a égide dos EUA, de um modo de funcionamento específico do capitalismo, predominantemente financeiro e rentista, situado no [...] prolongamento direto do estágio do imperialismo” (Chesnais, 1997, p. 46). O domínio do capital parece incontestado e, em fins dos anos oitenta, induziu alguns de seus representantes a anunciar o “fim da história”: postos como única alternativa o reino do mercado e a democracia política representativa, a evolução da sociedade humana teria alcançado a partir do qual nenhuma *transformação estrutural* seria pensável e desejável. (NETTO; BRAZ, 2012, p. 223-224)

De fato, no início dos anos 1970 configurou-se uma nova crise estrutural do capitalismo. Antunes (2002) aponta que a resposta do capital à sua crise estrutural, ocorreu por meio de uma série de transformações no âmbito da produção.

Como respostas do capital à crise dos anos 70, intensificaram-se as transformações no próprio processo produtivo, por meio do avanço tecnológico, da constituição das formas de acumulação flexível e dos modelos alternativos ao binômio taylorismo/fordismo, onde se destaca, para o capital, especialmente o toyotismo. (ANTUNES, 2002, p.180-181).

Com a flexibilização do processo de organização toyotista⁶, a produção de mercadorias e serviços assumem outras características, buscando atender à demanda do mercado, diferenciando-se dessa forma do modelo fordista. A crescente utilização da informática, robótica e microeletrônica propiciou

⁶ É o processo de renovação das práticas de gestão e de organização do trabalho que implica na substituição das estratégias de gestão próprias do taylorismo-fordismo por outras mais flexíveis identificadas com o “modelo toyotista”. Essa renovação não modifica a essência da produção capitalista (a contradição capital e trabalho), mas lhe traz novos contornos. Implica acentuada e generalizada potenciação da capacidade produtiva da força de trabalho, dinamizando-a quantitativa e qualitativamente, possibilitando o aumento das taxas de lucro. No lugar da racionalidade característica do padrão taylorista/fordista, adota-se a racionalidade mais intensa, geral e de pluralização da organização toyotista ou flexível do trabalho e produção (ver IANNI, 1994). Caracteriza-se ainda por uma alta intensidade de inovação comercial e tecnológica, física e organizacional. Fonte: GESTRADO UFMG. Disponível em: <<http://www.gestrado.net.br/?pg=dicionario-verbetes&id=161>>. Acesso em 25/10/2017.

transformações significativas no interior das relações entre capital e trabalho. A rigidez do modo acumulativo taylor-fordista se vê inapropriada para dar prosseguimento aos avanços tecnológicos dos meios de produção.

[...] esgota-se a modalidade de acumulação denominada rígida, própria do taylorismo-fordismo, e começa a se instaurar aquela que vai caracterizar a terceira fase do estágio imperialista, a acumulação flexível. (NETTO, 2012, p. 227)

Como desdobramento das transformações nas relações de trabalho, exige-se muito mais dos trabalhadores, além de implicar na crescente taxa de desemprego e queda dos lucros. Diante da crise que se alastrava pelo globo, o discurso neoclássico ganha fôlego ao apontar para necessidade de redução do papel do estado para as questões sociais. Os efeitos das propostas liberais são catastróficos para milhões de trabalhadores.

Paradoxalmente, o avanço das forças produtivas possibilita a criação de riqueza que poderia suprir as necessidades de todos os homens e mulheres, ao mesmo tempo, os benefícios gerados pelo amplo domínio das forças da natureza não são estendidos ao alcance de todos, mas sim de uma pequena parcela da humanidade. De fato, podemos verificar no cotidiano a materialização da crise estrutural do capitalismo no crescimento da pobreza, fato observado até pelo Banco Mundial⁷:

Até o final de 2017, o Brasil deverá testemunhar um aumento de 2,5 milhões até 3,6 milhões no número de pessoas vivendo na miséria. Resultado da prolongada crise econômica, a estimativa foi divulgada neste mês pelo Banco Mundial.

O organismo financeiro traça um perfil desses “novos pobres” — em média, brasileiros com menos de 40 anos, moradores de zonas urbanas, que concluíram pelo menos o Ensino Médio e estavam empregados em 2015, sobretudo no setor de serviços.

De fato, os ajustes liberais implantados nos últimos anos não foram capazes de resolver as contradições geradas pelas dinâmicas ditadas pelo capital. Isto posto, a miséria e a degradação social são reveladoras da forma de reprodução do capital. Dessa forma, a “igualdade de oportunidades” por meio da educação e a

⁷ Fonte: ONUBR. Disponível em: << <https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:F-D2xTCxE2YJ:https://nacoesunidas.org/numero-de-pobres-no-brasil-tera-aumento-de-no-minimo-25-milhoes-em-2017-aponta-banco-mundial/+&cd=3&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> >>. Acesso em: 04/01/2018.

eliminação da desigualdade transformam-se em um discurso vazio, posto que as relações de produção são assentadas na acumulação, ou seja, no imperativo de acumular e concentrar capital. Nesse sentido, a questão da desigualdade advém do processo de produção e não da má educação, uma vez que a separação entre proprietários e aqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver é estabelecida no momento da produção.

Não por acaso, os dados divulgados pelo relatório ***Tendência Mundiais do Emprego Juvenil 2013 – Uma Geração em Perigo*** da OIT (Organização Internacional do Trabalho), expressam uma tendência para o crescente desemprego:

O documento aponta que cerca de 73,4 milhões de jovens – 12,6 por cento – estarão desempregados em 2013, perto dos níveis alcançados no pior momento da crise econômica em 2009. Esta cifra representa um incremento de 3,5 milhões entre 2007 e 2013. Ainda segundo o relatório, a taxa de desemprego entre os jovens continuará subindo e deverá chegar a 12,8% até 2019. (COLARES; GOMES; COLARES, 2014, p. 165)

O fato é que para compreendermos este fenômeno e sua relação com a educação voltada para o trabalho, é necessário compreender as mudanças no processo educacional no Brasil a partir dos anos 50 e início 60 do século XX. Como expressão ideológica do imperialismo americano encontramos a chamada teoria do capital humano. Sua gênese vincula-se a disciplina de Economia e Educação e ao professor do departamento de economia, da Universidade de Chicago, Theodore W. Schultz. O propósito de Schultz era demonstrar o vínculo entre a produtividade e a educação dos trabalhadores. Em outras palavras, o investimento adequado na formação dos trabalhadores resultaria no desenvolvimento econômico e em ganhos maiores para o capital. Dessa forma, por esse viés explicava-se as diferenças sociais entre os indivíduos e as nações ao mesmo tempo que legitimava a tese de que os investimentos em educação sejam determinados pelos critérios do mercado.

A respeito disto, Frigoto salienta que

[...] a ideia de “capital humano” surge, historicamente, bem antes, até mesmo no Brasil, da década de 50. O fato de que sua formulação sistemática e seu uso ideológico político somente se verificam a partir do fim da década de 50 e início da década de 60 aponta para a hipótese de que é efetivamente neste período que as novas formas

que assumem as relações intercapitalistas demandam e produzem esse tipo de formulação. (FRIGOTO, 2001, p. 38)

Com vistas a um conceito permeado pelo positivismo científico, a influência destas ações de ordem hegemônica do capital faz jus aos implementos de ideias formadoras para uma educação rasa, sendo desnecessário uma formação sólida e erudita para o trabalhador. Kuenzer aponta que

Quanto mais se desenvolve a mecanização, mais ele se fragmenta e automatiza, menos energias intelectuais e criativas ele mobiliza; gerido externamente pelo capitalista, cuja eficácia repousa na divisão do trabalho, na ruptura entre decisão e ação, entre trabalho intelectual e manual, ele passa a ser desinteressante e monótono.” (Kuenzer, 2001, p. 77)

Com efeito, a teoria do capital humano ganha força em seu discurso na segunda metade do século XX no Brasil. Sua retórica aponta para benefícios na relação trabalho e educação no âmbito da produção, iniciando-se a partir do processo educativo na formação escolar, por meio de uma educação que no cumprir de seu papel, possa formar e educar para o trabalho. Dessa forma, os indivíduos são tomados isoladamente e de forma abstrata, e as diferenças sociais são entendidas pelos apóstolos do capital como resultado do esforço e empenho de cada um.

A educação, então, é o principal capital humano enquanto é concebida como produtora de capacidade de trabalho, potenciadora do fator trabalho. Neste sentido é um investimento como qualquer outro. (FRIGOTO, 2001, p. 40)

Isto demonstra a característica tecnicista da educação com vistas à produtividade coadunada pelos interesses dos detentores dos meios de produção. No entanto, diante das transformações operadas pela introdução do padrão toyotista de produção, a teoria do capital humano é refuncionalizada segundo os interesses do capital. Se originalmente, apontava-se para a necessidade de investimento em educação, verifica-se atualmente a ideia de que o indivíduo deve escolher seu caminho educacional, tal qual escolhe os produtos que necessita em um mercado. Trata-se da privatização do sucesso ou fracasso do trabalhador em conquistar seu espaço no mercado de trabalho.

Como desdobramento da hegemonia liberal no Brasil, o sistema educacional organiza-se vinculando o mercado com os objetivos da educação nacional, transmitindo a ideia de que a educação é a “solução” para todos os problemas sociais. Na página “**Todos pela Educação**”, por exemplo, encontramos esse tipo de “bandeira” da educação como panaceia para os problemas da nação, proposição que também pode ser encontrada nas propostas dos organismos internacionais:

É inegável o poder universal de transformação que a Educação de qualidade pode realizar, porém é fundamental que este tema saia do plano da retórica, circulando nos gabinetes de governo, invadindo as rodas de empresários e passe a integrar a agenda de todo cidadão.

A Educação é a saída para mudar esse cenário: hoje, sabe-se que o caminho não é crescer e investir em Educação, mas educar para crescer. Todos os países que passaram de subdesenvolvidos a desenvolvidos investiram muito em Educação, gerando a base para o progresso.

Sabe-se que na Finlândia, na Coreia do Sul e na Espanha a prioridade à Educação foi absoluta, e são bons exemplos de uma transformação radical no cenário econômico mundial ao longo das últimas décadas⁸. (grifo nosso)

Como desdobramento dessa premissa, cabe à escola formar o cidadão adaptado e flexível para as necessidades do mercado, o que significa um trabalhador adequado para as novas formas de relação entre capital e trabalho. Dessa forma, os intelectuais comprometidos com as premissas da ordem acreditam que o Brasil alcançaria os patamares de Finlândia, Coreia do Sul e da Espanha.

Entre as novas demandas por qualificação dos trabalhadores encontramos um grande e impreciso leque de qualidades humanas: iniciativa, espírito de equipe, capacidade de comunicação, sociabilidade, criatividade, disposição para aprender, curiosidade, disciplina, motivação, atenção, responsabilidade, estabilidade, confiança, autonomia, capacidade de cooperação, lealdade, comprometimento, competitividade, habilidade de negociação, capacidade de pensar, de decidir etc. (ARAÚJO, 1999, p. 19)

O discurso de formação e qualificação do trabalhador, como indica Araújo, apresenta-se de forma imprecisa, mas têm a função de legitimar a nova ordem. Por

⁸ Fonte: Todos pela Educação. Disponível em: <<<http://www.todospelaeducacao.org.br/educacao-na-midia/indice/29199/opiniao-a-educacao-x-problemas-sociais>>>. Acesso em 25/10/2017.

isso, a educação ocupa um papel estratégico no contexto das reformas neoliberais, estabelecendo um vínculo entre o emprego, capacidade do indivíduo em buscar formação no mercado e adaptar-se as novas demandas do mundo empresarial.

Advindos da retórica neoliberal, vão ganhando visibilidade os conceitos de competência individual, empregabilidade e a constituição de um 'espírito' de iniciativa, lealdade e comprometimento, referências que passam a nortear as políticas educacionais e um sem número de programas/projetos de (re)qualificação profissional direcionados aos trabalhadores, agora chamados a se transformarem em 'novos homens' (TEIXEIRA, 1998, p. 167).

Diante deste cenário, o que constatamos, é uma formação de força de trabalho fragmentada, sem a compreensão do processo produtivo e de garantias de acesso ao emprego. Tal fato não decorre de uma crise passageira, mas sim de um componente presente nas formas de organização da produção capitalista: o exército de reserva, que pode ser ampliado em momentos de crise como instrumento de dominação daqueles que precisam vender sua força de trabalho para sobreviver.

Segundo Marx, no capítulo a Lei geral de acumulação capitalista, o exército industrial de reserva é imanente ao processo de industrialização, fazendo parte da composição orgânica do capital, que se divide em capital constante e capital variável. Sendo assim, o desemprego não é um acidente de percurso. Sem oportunidade de trabalho para todos, por conta da grande quantidade de força de trabalho excedente, diante das crises cíclicas, um incontável exército de reserva se estabelece. Isto aponta para a não garantia de trabalho para todos. Segundo o boletim **Síntese Metropolitana**, publicado pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos):

Em fevereiro de 2017, as informações captadas sobre a inserção produtiva em quatro regiões metropolitanas acompanhadas pelo Sistema Pesquisa de Emprego e Desemprego (SPED) mostram que houve ampliação do desemprego no período.

Na comparação com fevereiro de 2016, o nível de ocupação cresceu apenas no Distrito Federal (2,1%) e nas demais regiões houve redução: Porto Alegre (-0,8%), Salvador (-2,9%) e São Paulo (-3,1). Os segmentos populacionais com maior dificuldade em obter uma ocupação nas áreas metropolitanas pesquisadas são as mulheres, os jovens de 16 a 24 anos e os demais membros do domicílio, entretanto, nos últimos doze meses, as maiores elevações da taxa de desemprego ocorreram para os homens, no Distrito Federal e em São Paulo, e entre as pessoas de 40 a 59 anos, no Distrito Federal e

Salvador. Os chefes, principais provedores do domicílio, foram mais atingidos pelo desemprego em São Paulo e no Distrito Federal⁹.

Dessa forma, a qualificação do trabalhador não é garantia de emprego e, assim mesmo, em uma hipótese remota de escolarização superior universal para todos, teríamos um exército de trabalhadores “ilustrados” e desempregados.

Em uma reportagem publicada no site “BBC Brasil¹⁰” apresenta um título sugestivo para o cenário atual: “Diploma inútil? Por que tantos brasileiros não conseguem trabalho em suas áreas”.

Os números de 2014, os mais recentes disponíveis, mostram que 80% dos formandos estudavam em seis ramos: comércio e administração; formação de professor e ciências da educação; saúde; direito; engenharia e computação. Ao olhar o que faziam os trabalhadores com ensino superior, o professor notou que os cargos não existiam na mesma proporção dos diplomas.

Um bom exemplo é o setor de administração que, em 2014, correspondia a 30% dos concluintes. Apesar da fatia expressiva, apenas 4,9% dos trabalhadores com graduação eram administradores de empresa. Outros 9,4% eram assistentes ou auxiliares administrativos, função que nem sempre exige faculdade.

"As pessoas fazem esses cursos, mas evidentemente não há demanda para tantos advogados ou administradores. Elas acabam sendo são subutilizadas", diz Zylberstajn. O professor também diz que o número total de graduados seria superior ao que o mercado brasileiro pode suportar. De acordo com o Censo do Ensino Superior, em 2014, um milhão de pessoas saíram das salas de aula. Em 2004, eram 630 mil.

A reportagem acima não apresenta dados isolados e muito menos representa exclusivamente a má administração econômica por parte dos agentes do Estado. Trata-se, ainda que muitos analistas burgueses o neguem, da existência do desemprego estrutural. Observe-se, por exemplo, os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), republicado por meio da agência de notícias online G1¹¹:

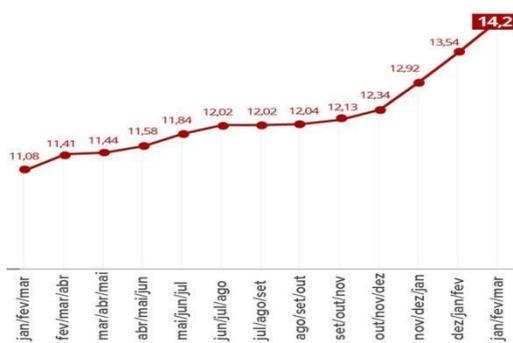
⁹ Fonte: Dieese. Disponível em: <<<https://www.dieese.org.br/analiseped/2017/201702pedsintmet.pdf>>>. Acesso em 03/11/2017.

¹⁰ Fonte: BBC Brasil. Disponível em: <<<http://www.bbc.com/portuguese/brasil-37867638>>>. Acesso em 15/10/2017.

¹¹ Fonte: G1. Disponível em: <<<https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-trimestre-de-2017.ghtml>>>. Acesso em 15/10/2017.

De Janeiro/2016 à Março/2017

Nº de pessoas desocupadas, em milhões

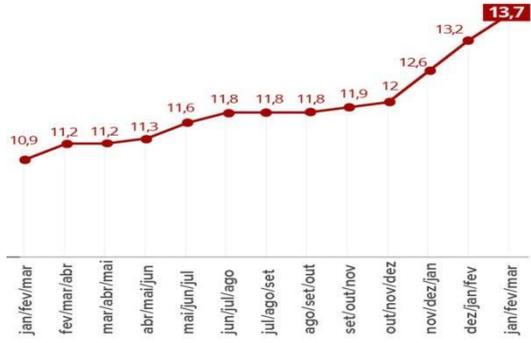


FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 26/04/2017

Taxa de desocupação no Brasil, em %



FONTE: IBGE



Infográfico elaborado em: 28/04/2017

Diante destes dados, constatamos que o desemprego se mostra fundamental para a manutenção e reestruturação produtiva do capital. O fato é que o desemprego é determinado não pela falta de qualificação do sujeito da história, mas historicamente demonstrada pelas relações sociais em que o capitalismo se assenta. Desta feita, é impossível que haja uma relação de igualdade entre os detentores do meio de produção e o trabalhador, já que diante do grande exército de reserva disponível para venda de sua força de trabalho ora necessitados de condições mínimas de sua existência, são condicionados à venda de sua força de trabalho de modo precarizado com salários achatados para o que o capital se mantenha em produção de mais valia por meio de sua exploração. Segundo o Diário do Grande ABC,

A taxa de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos do Grande ABC chegou a 26,6% em 2015, segundo dados da PED (Pesquisa de Emprego e Desemprego) divulgados ontem. O estudo é feito pela Fundação Seade (Sistema Estadual de Análise de Dados) e pelo Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos)¹².

Ora, seria a educação o instrumento de solução para o problema do desemprego? A ampliação da escolarização dos jovens acarretaria na ascensão social? Se buscarmos respostas na grande imprensa ou no senso comum,

¹² Fonte: Diário do Grande ABC. Disponível em: <<<http://www.dgabc.com.br/noticia/1977503/taxa-de-desemprego-entre-jovens-e-de-26-6>>>. Acesso em 03/11/2017.

provavelmente responderíamos sim para as duas questões. No entanto, uma análise mais cuidadosa dos dados que se apresentam demonstra uma resposta diferente. Os dados da Dieese apresentados acima, apenas para ficarmos em um exemplo, indicam que o problema é muito maior do que o senso comum supõe.

Não é difícil percebermos que um dos setores mais atingidos pelo desemprego estrutural encontra-se entre os jovens das camadas trabalhadoras. Ampliado a partir da década de 1970, com a progressiva mudança da base de acumulação fordista-taylorista para toyotista, o desemprego estrutural apresenta, portanto, um vínculo muito forte com o advento de novas tecnologias e redução de custos. Em um sistema como o Capitalismo, que se reproduz pela exploração da força de trabalho, que se pauta pela busca incessante da produtividade aliada a redução de custos (trabalhadores), o desemprego é o desdobramento lógico.

Por isso, não se trata aqui de apontar para uma escolarização boa ou má, mas de percebermos que a escola não altera o quadro social sob os determinantes do modo de produção capitalista.

Não é difícil imaginar o grau de amargura e ressentimento experimentado pelos jovens que permanecem inativos anos e anos a fio, valendo-se de pequenos trabalhos temporários, estágios e outros expedientes, sem garantir seu acesso à sociedade hiperconsumista e, decididamente, impedidos de ter qualquer espécie de autoestima (...). Em suma, mesmo os que exercem algum trabalho não estão isentos por completo da crise da desilusão (...). Aqueles que obtêm diplomas e títulos de pós-graduação estão muito distantes de ascender a cargos condizentes com seus anseios e habilitações (...). Cada vez menos se observa uma ajustada adequação entre o diploma e o nível de emprego. (LIPOVETSKY, 2007, p. 22; grifo nosso)

Também não é difícil perceber que a defesa do prolongamento da escolarização, sob responsabilidade do próprio trabalhador não implica necessariamente em melhores oportunidades de trabalho ou aumento significativo de salário, mas contribui para estimular a criação de cursos privados que “garantem” colocação no mercado de trabalho. Trata-se de responsabilizar o trabalhador pelo fracasso ou sucesso no ingresso no mercado de trabalho, se adequando ao discurso da teoria do capital humano. Em outras palavras, não há vinculação direta entre o aumento da escolaridade e oportunidades reais de trabalho. Observe-se, por exemplo, o estudo de Pochamann sobre Emprego e desemprego:

Percebe-se que o desempregado com menor grau de escolaridade apresenta diminuição de sua participação relativa no total do desemprego. Em contrapartida, aqueles que possuem escolaridade mais alta tiveram uma elevação na sua participação no total do desemprego (...). Por esse motivo, a educação, embora cada vez mais necessária, não se mostra suficiente para garantir a todos o acesso adequado aos postos de trabalho dos anos 90. (POCHMANN, 2001, p. 132-133)

Dessa forma, a educação escolar não pode ser compreendida instituição de democratização de oportunidades para todos, tal qual defende o discurso liberal. Pelo contrário, em uma sociedade dividida em classes antagônicas a educação materializa preferencialmente os interesses dos grupos dominantes, além de não haver uma educação igual para todos. Segundo os apontamentos de Mattos e Bianchetti (2011),

O Brasil ocupa a sexta posição no ranking da economia mundial e concentra a quinta maior população juvenil (36 milhões de jovens entre 15 e 24 anos de idade), entre os quais oito milhões não estudam nem trabalham, ou seja, vivem na inatividade. Entre os estudiosos do desemprego juvenil há consenso em apontar uma maior suscetibilidade dos jovens no ingresso e manutenção no mercado de trabalho. Pochmann (...) indica que em 1997 a taxa de desemprego no segmento da população com idade entre 15 e 24 anos era de 13%. O autor sustenta que, na década de 1990, paralelamente à escassez de postos de trabalho para os jovens, percebeu-se uma diminuição de ocupação de assalariados e um aumento nos segmentos autônomos, o que evidencia a precarização e instabilidade desse grupo de trabalhadores, diante da desregulamentação do trabalho, e o processo de flexibilização das regras de contratação a que estão submetidos (2011, p. 1171-1172)

Concomitante ao fenômeno identificado pelos autores, verifica-se o discurso da qualificação, identificada como responsabilidade do trabalhador, para superar as barreiras do mercado. Ora, ao fazer a afirmação que a qualificação coloca o jovem em condição de competir por uma vaga no mercado aceita-se, implicitamente, que haverá quem não conquiste a sonhada vaga. Assim, o sonho por um espaço no mercado de trabalho mantém-se apenas como promessa não realizada para milhares de jovens.

Os propósitos da burguesia são evidentes: a extensão da escolarização poderá implicar no aumento da produtividade ao mesmo tempo em que serve para

escamotear as verdadeiras causas do desemprego. No caso dos trabalhadores, trata-se de uma árdua luta para colocar-se como disponível para trabalhar.

Em termos de realidade nacional, os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2004) mostram que, neste ano, a população jovem (entre 16 e 24 anos) somava 6,5 milhões de pessoas e representava 46,5% do total de desempregados na Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), tendência que se mantém até os dias atuais. (MATTOS; BIANCHETTI 2011, p. 1171-1172)

Ora, os dados apresentados pelo DIEESE e transcritos e analisados por Mattos e Bianchetti poderiam ser diferentes? Vivemos em uma sociedade marcada pelo descarte de matéria prima, que reduz significativamente o tempo de vida útil dos produtos, além do descarte do próprio trabalhador que é empregado por meio da subcontratação, serviço temporário etc. Dessa forma, o desemprego não é um mero acidente de percurso, mas uma alternativa do capital.

Como a máquina, o meio de trabalho torna-se logo concorrente do próprio operário. A autovalorização do capital através da máquina está na razão direta com o número de operários, cujas condições de existência ela aniquila. Todo o sistema de produção capitalista assenta no fato de operário vender a sua força de trabalho como mercadoria. (...) A parte da classe operária que a maquinaria transforma em população supérflua, i.e., já não imediatamente necessária para a autovalorização do capital, por um lado, sucumbe na luta desigual do velho funcionamento artesanal e manufatureiro contra o (funcionamento) mecanizado; por outro lado, sobreinunda todos os ramos da indústria mais facilmente acessíveis, superlota o mercado de trabalho e faz, portanto, descer o preço da força de trabalho abaixo de seu valor. (MARX, 2013, p. 146-147)

Os estudos de Marx apontavam como o desenvolvimento das máquinas, em função da forma social de sua aplicação, implicou no incremento da produção, na reprodução do capital e, ao mesmo tempo, na miséria do trabalhador. O capital necessita que exista um exército de reserva (desempregados), de forma a rebaixar os salários e pressionar os trabalhadores empregados. Em outras palavras, as dinâmicas das relações capitalistas de produção engendram o desemprego permanente, fragilizando inúmeros trabalhadores que, por total imperativo, estão

dispostos a vender sua única mercadoria de sobrevivência: sua força de trabalho a baixos salários.

No entanto, apesar dessa contradição evidente, o capital busca mascarar a crise estrutural por meio de propostas paliativas e de discursos que consideram o desemprego como algo passageiro. Ora, o fenômeno do desemprego não pode ser analisado como uma manifestação isolada das relações sociais que o produz, da mesma forma que não será a escola a sua solução.

3 Considerações finais

Presenciamos uma série de mudanças nas relações entre trabalho e capital no Brasil. Podemos mesmo afirmar que os direitos trabalhistas estão sob ataque feroz. Por iniciativa do Estado, a serviço dos interesses da burguesia associada aos interesses do capital estrangeiro, uma série de propostas têm sido medidas que fragilizam ainda mais o trabalhador, transformado em um empreendedor de si próprio” e responsável por gerenciar sua carreira e seu destino.

Como a educação é parte das relações materiais, observa-se o discurso que busca adequá-la aos interesses do capital. Por isso, verifica o discurso que busca legitimar a ordem social por meio da escola. Assim, o que percebemos durante o percurso desta pesquisa, é a hegemonia de proposições liberais que justificam o desemprego e os problemas de colocação no mercado de trabalho como fracasso do próprio trabalhador.

O reconhecimento do grau de qualificação do trabalhador pelas empresas se dá através de sua particular inclusão em diferentes níveis hierárquicos e salariais, em diferentes formas de relações empregatícias como trabalho assalariado (com ou sem registro), trabalho terceirizado, contratos temporários, trabalho sem remuneração. A qualificação assim compreendida expressa relações de poder no interior dos processos produtivos e na sociedade; implica também o reconhecimento que escolaridade e formação profissional são condições necessárias, mas insuficientes, para o desenvolvimento social. Isso porque se sabe que somente políticas e ações concretas, que possibilitem real desenvolvimento social e econômico (distribuição de renda, reforma agrária, reforma do sistema de saúde e educacional), podem estar superando desigualdades e construindo condições sociais que redundam em cidadania. E só encontram sentido social no interior de um projeto de desenvolvimento econômico que possibilite direitos sociais, entre eles, o trabalho. Nesse contexto, educação torna-se fundamental

como um fim em si mesma, como condição *sine qua non* para a cidadania crítica, tal como descrita na introdução deste trabalho; vinculá-la ao trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a "ilusão de desenvolvimento" (...) sem alterar a ordem social desigual. (SEGNINI, 2000, p. 79-80)

Dessa forma, mesmo com a ampliação da escolarização, não há garantia de trabalho remunerado, o que é uma contradição com o receituário defendido pelos intelectuais comprometidos com a defesa da ordem capitalista. Para justificar a contradição insolúvel, observa-se a repetição dos velhos preceitos liberais por meio de diferentes espaços (imprensa, instituições escolares, meios acadêmicos, etc.) com vistas à ampliação da hegemonia burguesa entre os trabalhadores.

Diante destes fatos, constatamos de modo assertivo, o quanto este ciclo vem se repetindo historicamente desde sua constatação, ainda no século XIX, apresentado por Marx e Engels, que demonstraram o caráter predatório e anti-civilizatório do capitalismo. As condições de contratação da força de trabalho foram modificadas, mas a essência de exploração de uma classe sobre outra não.

Por isto, se educa não para emancipação do trabalhador, mas para a manutenção das relações entre seus donos e proletários. Poderiam ser diferentes as propostas oriundas da burguesia?

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. São Paulo: Cortez, 2002.

ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. **As novas “qualidades pessoais” requeridas pelo capital**. Trabalho & Educação. Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação/UFMG, nº 5, p. 18-33, 1999.

COLARES, A. A.; GOMES, M. A. O.; COLARES, M. L. I. S. **Educação Escolar e Trabalho: desmistificando sua propalada integração**. *Revista HISTEDBR Online*, Campinas, n. 57, p. 165-179, jun. 2014.

FRIGOTTO, G. A produtividade da escola improdutiva. In: _____. São Paulo: Cortez, 2001.

HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX (1914/1991)**. São Paulo: Companhia das Letras. 2001.

KUENZER, Acácia Zeneida. **Pedagogia da fábrica: as relações de produção e educação do trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade da decepção.** Barueri: Manole, 2007.

MARX, Karl. O Capital: crítica da economia política. livro I. 26. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã.** São Paulo: Boitempo, 2007.

MATTOS, Valéria de Bettio; BIANCHETTI, Lucídio. **Educação continuada: solução para o desemprego?** Educação e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 117, p. 1167-1184, out-dez. 2011.

MÉSZÁROS, I. **Estrutura social e formas de consciência II: a dialética da estrutura e da história.** Volume 2. São Paulo: Boitempo, 2011.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. Economia Política: uma introdução crítica. In: _____. (Biblioteca básica de serviço social; v.1) São Paulo: Cortez, 2012.

POCHMANN, M. **A metrópole do trabalho.** São Paulo: Brasiliense, 2001.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Educação e trabalho: uma relação tão necessária quanto insuficiente.** São Paulo Perspectiva. vol.14 nº 2, 2000.

TEIXEIRA, Ana. **Trabalho, tecnologia e educação: algumas considerações. Trabalho e Educação.** Belo Horizonte, NETE/UFMG, nº 4, p. 161-184, 1998.